

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

À  
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA  
Att. Sr Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico 01/2018

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.791.963/0001-08, com sede à Av. Imperatriz Dona Teresa Cristina, 444 – sala 22, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, por seu representante infra assinado, vem, com fulcro no do art. 109 da Lei nº 8666/93, da Constituição Federal de 1988 e Código Civil de 2002, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de apresentar

#### R E C U R S O A D M I N I S T R A T I V O

À decisão da Comissão de Licitação, que classificou indevidamente a licitante MACIEL AUDITORES S/S., como será demonstrado nos termos e condições aludidos:

Destarte, requer a recorrente se digne Vossa Senhoria a receber o presente apego, reconsiderando ao final a decisão atacada. Não obstante, caso assim não entenda, determine sua remessa à autoridade superior, como RECURSO HIERÁRQUICO, nos termos do art. 109, parágrafo 4o da Lei 8.666/93, visto lesão a direito líquido e certo que está sendo ferido.

#### I. DA SÍNTESE DOS FATOS

A Comissão de Licitação classificou a proposta da licitante MACIEL AUDITORES S/S., com base em análise equivocada, dos atestados apresentados.

#### II. DO MÉRITO

O edital da licitação pede no seu item 13.3.3.1 o seguinte:

“13.3.3.1 Documentos relativos à Qualificação Técnica da Proponente:

a) Atestado ou declaração emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove

a.1) Aptidão da empresa participante para desempenho da atividade de auditoria externa em empresas de exploração e produção de petróleo, que executem a atividade de comercialização de óleo bruto de petróleo, gás natural, bicomcombustíveis e derivados no Brasil; ou

a.2) Experiência profissional dos sócios da proponente nas atividades de auditoria externa em empresas de exploração e produção de petróleo, que executem a atividade de comercialização de óleo bruto de petróleo, gás natural, bicomcombustíveis e derivados no Brasil;”

Foram apresentados diversos atestados que não são compatíveis com as exigências editalícias, e que são:

1. CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais) 2. SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina) 3. SEBRAE e GARANTINORTE (Sociedade de Garantia de Crédito) 4. ALGÁS (Gás de Alagoas S.A.) 5. CIGÁS (Companhia de Gás do Amazonas) 6. BAHIA GÁS (Companhia de Gás da Bahia) 7. PBGÁS (Companhia Paraibana de Gás) 8. COPERGÁS (Companhia Pernambucana de Gás) 9. POTIGÁS (Companhia Potiguar de Gás) 10. BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) 11. CASA DA MOEDA 12. FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

Descartados os 10 últimos, por não se tratarem de empresas que exploram e produzem gás ou petróleo, restou o atestado da CODEMIG, que embora traga em seu corpo a citação à participação em um consórcio que explora campos de petróleo e gás, tal atestado não pode ser considerado, pois quem realmente explora gás e petróleo é um consórcio, operada pela administradora, e a CODEMIG não é a administradora dos consórcios onde participa. A escrituração das operações será feita na contabilidade da administradora, conforme legislação descrita a seguir:

“DECISÃO Nº 272 de 20 de Novembro de 1998

EMENTA: CONSÓRCIO DE EMPRESAS

1 - Para não ser equiparado a uma pessoa jurídica comum, o consórcio deve ser constituído para a execução de um único empreendimento e ter prazo de duração determinado;

2 - A escrituração das operações correspondentes ao consórcio deverá ser feita na contabilidade da administradora;

3 - Os consórcios deverão reter e recolher, em CGC/CNPJ próprios, os tributos de fonte incidentes sobre os rendimentos que pagarem.

4 - O faturamento do consórcio será feito pela administradora do consórcio, com a utilização do CGC deste, podendo alternativamente cada consorciada emitir fatura relativamente à receita que lhe couber no empreendimento.”

A CODEMIG não explora nada, quem explora é um consórcio, operado pela administradora, onde a CODEMIG participa,

somente acionariamente com 24,5% deste consórcio.

Um atestado emitido pelo consórcio, ai sim, poderia ser aceito, fato que não ocorreu, porque a recorrida não prestou auditoria para tal consórcio.

O consórcio tem um CNPJ diferente da CODEMIG, e o atestado deveria ter sido emitido pelo consórcio, citamos um dos consórcio como exemplo:

Consortio de Exploracao Sf-T-120

Informações públicas do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica "Consortio de Exploracao Sf-T-120" (15.128.439/0001-71) de Belo Horizonte, MG.

Consortio de Exploracao Sf-T-120

Empresa fundada em 1/3/2012

Número de inscrição do CNPJ: 15.128.439/0001-71

Endereço: Av Brasil, 1438, Sala: 1202; Belo Horizonte, MG, CEP 30140-003, Brasil

Como vemos, o consórcio tem um CNPJ diferente da CODEMIG, portanto a o atestado deveria ser fornecido pelo consórcio.

A recorrida tenta enganar o digno pregoeiro apresentando atestado fantasioso, como se tivesse auditado empresa ou o consórcio explorador de petróleo e gás.

A análise dos documentos tem que estar restrita aos ditames do edital.

Sobre este ponto, cabe transcrever a lição do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES acerca do Edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)" ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p. 268). "

Neste caso, é indiscutível que a licitante recorrida descumpriu o edital, e portanto deve ser inabilitada.

### III. DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja este RECURSO aceito e levado em consideração, com efeito para:

- 1) Inabilitar a licitante MACIEL AUDITORES S/S.
- 2) Dar continuidade ao certame, chamando a próxima licitante.

Assim decidindo, Vossa Senhoria estará produzindo, como sempre, a desejada Justiça e praticando o melhor bom senso administrativo.

Nestes Termos  
Pede Deferimento

Campinas/SP, 09 de abril de 2018

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP  
Roberto Araújo de Souza  
Sócio Responsável

**Fechar**